FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES

CNPJ: 17.200.429/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022 R$(mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		**60.423**	**37.801**
Caixa e Equivalência de Caixa	4	7.819	3.451
Aplicações Financeiras	4.1	29.370	5. 952
Contas a receber	5	12.381	16.641
Estoques	6	5.504	7.587
Outros Créditos	7	5.349	4.170
NÃO CIRCULANTE		**577.181**	**576.283**
Realizável a Longo Prazo		**2.246**	**2.338**
Depósitos Judiciais	8	890	434
Conta Corrente Pacientes Sus/Convenios	8.1	1.356	1.904
Investimentos		**6**	**6**
Imobilizado	9	**574.901**	**573.911**
Intangível		**28**	**28**
TOTAL DO ATIVO		**637.604**	**614.084**

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		**57.207**	**47.162**
Fornecedores	10	21.123	19.075
Salários e contribuições sociais	11	7.383	6.162
Obrigações fiscais	11.1	1.045	1.042
Empréstimos e Financiamentos	12	18.672	18.676
Obrigações com convênios	13	8.984	2.207
NÃO CIRCULANTE		**115.083**	**91.189**
Empréstimos e Financiamentos	12	79.056	77.804
Obrigações com convênios	13	28.848	9.038
Provisões para demandas judiciais	14	6.984	4.347
Fornecedores	14	195	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	15	**465.314**	**475.733**
Reserva Patrimonial		536.310	536.310
Superávits ou Déficits Acumulados		(70.996)	(60.577)
TOTAL DO PASSIVO		**637.604**	**614.084**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

R$(mil)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	16	**143.355**	**140.575**
Custo dos Serviços Prestados	17	(113.269)	(107.690)
SUPERÁVIT BRUTO		**30.086**	**32.885**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com Pessoal-(Adm)	17.1	(10.847)	(7.416)
Outras Despesas Operacionais	17.1	(16.201)	(7.674)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Aluguéis	18	154	182
SUPERÁVIT OPERACIONAL		**3.192**	**17.977**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita		425	458
Despesa		(14.036)	(14.119)
		(13.611)	**(13.661)**
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		**(10.419)**	**4.316**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

R$(mil)

	Fundo patrimonial	Ajuste avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 dezembro de 2021	**(64.894)**	**536.310**	**471.417**
Realização de Reservas	-	-	-
Superávit do Exercício	4.316	-	4.316
Saldo em 31 dezembro de 2022	**(60.578)**	**536.310**	**475.733**
Realização de Reservas	-	-	-
Superávit do Exercício	(10.419)	-	(10.419)
Saldo em 31 dezembro de 2023	**(70.997)**	**536.310**	**465.314**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

R$(mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / Déficit do exercício	(10.419)	4.316
Depreciação	5.562	5.230
Baixa de bens do ativo imobilizado	474	5.323
	(4.383)	**14.869**
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	4.260	35
Estoques	2.083	(2.117)
Outros ativos	(1.179)	(335)
Depósitos judiciais	(455)	405
Contas a receber - LP	547	(1.904)
(Aumento) redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	2.242	3.943
Salários e contribuições sociais	1.221	883
Obrigações fiscais	3	160
Obrigações com convênio	26.588	(8.774)
Provisão para demandas judiciais	2.637	2.606
Caixa líquido das atividades operacionais	**33.564**	**9.771**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(7.026)	(16.751)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(7.026)**	**(16.751)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obtenção de empréstimos e financiamentos	97.728	96.480
Pagamentos de empréstimos	(96.480)	(97.308)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**1.248**	**(828)**
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalente caixa	**27.786**	**(7.809)**
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	**9.403**	**17.211**
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	**37.189**	**9.403**
	27.786	**(7.809)**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Fundação Benjamin Guimarães é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sob o nº 063.390/45. Conforme Atestado de Registro e Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, foi instituída em 25/01/1944 e adquiriu personalidade jurídica em 26/01/1944, com registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas Jero Oliva sob o nº 523. É reconhecida como de utilidade pública federal conforme Decreto n.º 63.686 de 26/11/1968 revogado pelo Dec. S/N de 27/05/1992 D.O. 28/05/1992 - P.6590, de utilidade pública estadual conforme Lei n.º 2.435 de 22/08/1961 e de utilidade pública municipal conforme a Lei n.º 3.011 de 13/12/1979. Tem como objetivo o atendimento médico em geral, tanto em regime ambulatorial quanto no de internamento e desenvolvimento acadêmico das áreas de pesquisas e especializações médicas, aplicando integralmente suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional. A Instituição é dirigida por um Conselho Curador como órgão soberano e normativo e por uma Diretoria executiva, tendo suas atividades, no que diz respeito à manutenção dos ideais de seu instituidor, fiscalizadas por um Conselho Fiscal. A Fundação aplica integralmente o seu resultado na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os dirigentes e conselheiros não recebem remuneração, vantagens ou benefícios sob qualquer forma ou título em razão das competências, funções ou atividades que lhe são atribuídas estatutariamente. A entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações. Para manutenção de suas atividades estatutárias, presta serviços ao SUS – Sistema Único de Saúde (com percentual superior a 60% de sua capacidade instalada), operadoras de Plano de Saúde, atendimentos a particulares e arrecada, junto à população em geral, recursos diversos na forma de doações, que são aplicados integralmente na sua atividade fim. A Fundação trabalha de forma árdua adotando medidas de controle financeiro e operacional para melhoria dos níveis de resultado operacional em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade. A Administração avalia que a Fundação tem capacidade de manter suas atividades operacionais e que, por este motivo, não pretende liquidar ou cessar suas operações, além de visualizar em um futuro próximo alternativas realistas para evitar o encerramento das suas operações. A Diretoria da Fundação autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 em 11 de abril de 2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1. Informações gerais
As Demonstrações Financeiras aqui presentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1), interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração e que passarão as ser descritas abaixo, juntamente com as notas explicativas.
2.2. Apuração das receitas e despesas
As receitas e despesas são contabilizadas respeitando o princípio contábil da competência, baseado no CPC 25 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. As mesmas são reconhecidas quando o seu valor pode ser estimado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela entidade e quando a proporção dos serviços executados possa ser confiavelmente mensurada. Para as doações recebidas, identificadas e possíveis de mensuração, realiza-se o reconhecimento em conta de resultado ou provisões baseadas em relatórios emitidos pelos setores responsáveis, já as doações que acontecem diretamente em contas bancárias da Fundação e que não são possíveis sua identificação imediata, serão contabilizadas quando efetivamente recebidas. As receitas e despesas com gratuidades são reconhecidas no resultado, à medida que os serviços prestados relativos a elas ocorrem e são efetivamente mensurados. As subvenções de recursos para custeio e investimentos são contabilizadas no resultado, quando atendidos todos os requisitos de reconhecimento que, em linhas gerais, estão ligados ao cumprimento pela Fundação das suas obrigações previstas nos convênios firmados, respeitando sempre que necessário o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais, elaborado a partir do International Accounting Standards - IAS 20 emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB.
2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em moeda nacional do Brasil – Real - que é a moeda funcional da Fundação e os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.
2.4. Base de mensuração
As Demonstrações Financeiras foram preparadas e pautadas, utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo. Tomando sempre como pilar de informações e orientações os CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - elaborado a partir do Conceptual Framework for Financial Reporting.
2.5. Instrumentos financeiros
Em consonância ao CPC 048 – Instrumentos Financeiros – elaborado a partir do International Financial Reporting Standards - IFRS 9 , a Fundação valoriza os instrumentos financeiros pelo seu valor de mercado em 31 de dezembro e está sendo demonstrado pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos e/ou mais os encargos incidentes até a data do balanço. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras representa o montante de caixa que receberia ou pagaria conforme apropriado.
2.6. Ajuste a valor presente
Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes conforme CPC 012 (R1) – Ajuste a Valor Presente e que está em conformidade com as normas contábeis internacionais editadas pelo IASB, permitindo que a utilização de informações baseadas no valor presente possa contribuir para aumentar o valor preditivo da Contabilidade, possibilitando a correção de julgamentos sobre eventos passados já registrados e aprimorando o reconhecimento de eventos presentes.
2.7. Tributos
A Fundação não está sujeita à tributação do imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido. No entando, é condição obrigatória cumprir com as disposições do artigo 15 da Lei Federal 9.532/1997 e apresentar a Declaração de Rendimentos. Além disso, a Fundação mantém ativo seu CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde) o que lhe garante conforme Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu artigo 150 "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios" - VI - instituir impostos sobre - c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
2.8. Trabalho voluntário
A Fundação Benjamin Guimarães, na execução das suas atividades, recebe serviços voluntários de terceiros, como, por exemplo, grupo de palhaços (Instituto Hahaha) e que, embora eles sejam muito importantes para os pacientes atendidos no hospital, a Fundação não atribui valores financeiros a este belo trabalho, pois a Fundação entende que o ganho social, ultrapassa qualquer valor financeiro que se possa atribuir a este trabalho, sendo assim, a Fundação não realiza uma pesquisa de preços para valoração dos mesmos. Nesse sentido, o Trabalho Voluntário não foi reconhecido na Demonstração do Resultado como uma receita ou uma despesa.
2.9. Subvenções governamentais
As receitas com subvenções e assistência governamentais são reconhecidas nas contas de resultado quando há razoável segurança de que foram cumpridas pela Fundação todas as condições estabelecidas pelo doador (Governo) para que a Entidade fizesse jus à referida Subvenção, conforme requerido pelo CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, elaborado a partir do International Accounting Standards - IAS 20 emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Os valores, quando recebidos e utilizados, são registrados no Ativo (recursos financeiros e bens não monetários) e no Passivo (subvenções a realizar e passivos diferidos), conforme Nota explicativa nº 13. As receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com a natureza da subvenção, ou seja, para custeio ou investimento, e de acordo com a execução do Convênio a que ela se refere.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A preparação das Demonstrações Financeiras demanda que a Administração realize estimativas e adote premissas fundamentadas, utilizando seu melhor julgamento, as quais impactam diretamente os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. Essas estimativas e julgamentos contábeis são submetidos a uma avaliação contínua, baseada na experiência histórica e em diversos fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, que são consideradas razoáveis dentro do contexto e sempre em conformidade com a legislação vigente. Dado que o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, é possível que os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes sejam diferentes das estimativas realizadas. Existem diversas áreas nas quais a Administração necessita aplicar um alto nível de julgamento para a elaboração das estimativas contábeis, destacando-se:

a)Continuidade operacional
Com base na Resolução CFC nº 750/93, a Fundação elaborou suas Demonstrações Financeiras sob a premissa da continuidade operacional futura. No entanto, a ocorrência de déficits em anos anteriores é predominantemente atribuída à realidade de seus serviços hospitalares, os quais são majoritariamente destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Este cenário se deve, em grande parte, à remuneração dos serviços hospitalares por uma tabela de preços desatualizada, que se revela insuficiente para cobrir integralmente os custos e despesas operacionais da instituição. Apesar dos esforços contínuos para otimizar a gestão financeira e operacional, a Fundação enfrenta desafios significativos em garantir a sustentabilidade econômica de suas atividades, dadas as restrições financeiras impostas pelo ambiente regulatório e pela estrutura de remuneração estabelecida para os serviços de saúde prestados ao SUS. Nesse contexto, a Fundação reitera seu compromisso com a melhoria contínua de suas práticas de gestão e com a busca por alternativas viáveis para equilibrar suas finanças, a fim de garantir a continuidade de sua missão de oferecer serviços de saúde de qualidade à comunidade atendida, respeitando sempre os princípios éticos e legais que norteiam suas atividades.
b)Perda (impairment) do imobilizado
Em consonância com as melhores práticas contábeis delineadas pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, fundamentado no IAS 36 - Impairment of Assets (BV2010) emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), a Administração da Fundação tomou medidas proativas para assegurar a transparência e a precisão de sua contabilidade patrimonial. Para tal fim, foi contratada uma empresa altamente especializada, cujos serviços foram iniciados em abril de 2022 e concluídos em dezembro do mesmo ano. O objetivo desses trabalhos consistiu na revisão minuciosa de todo o ativo da instituição, reconhecendo a importância de uma avaliação precisa e atualizada de seus ativos imobilizados. É importante ressaltar que os principais ativos desse grupo contábil são os imóveis, os quais foram avaliados pela última vez em 2013 com base no valor de mercado. Contudo, reconhecendo a natureza dinâmica do mercado imobiliário e a possibilidade de mudanças nas condições econômicas e regulatórias, a Fundação entendeu ser imperativo realizar uma nova avaliação. Através desse processo de reavaliação, a Administração buscou identificar possíveis perdas por irrecuperabilidade dos ativos imobilizados, e caso tivesse constatadas desvalorizações em relação aos valores contábeis registrados seria feito todos os ajustes necessários, o que não aconteceu. Essa iniciativa reflete o compromisso da Fundação com a transparência, a responsabilidade financeira e o cumprimento das normas contábeis, visando assegurar a integridade e a solidez de suas demonstrações financeiras perante todos os stakeholders envolvidos.
c)Provisão para perdas de liquidação duvidosa de clientes
Conforme estipulado pelo ITG/2002 (R1), aprovado pela resolução CFC 1.409/2012, e embasado no histórico de desempenho do Contas a Receber e na análise individual do aging list, a Administração da Fundação determinou a necessidade de constituir Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Essa medida visa a mitigar o impacto do não recebimento da rubrica Contas a Receber de Clientes, a qual abrange valores a receber de órgãos públicos, convênios privados de saúde e contas de pacientes particulares. A decisão de estabelecer as PCLD é fundamentada não apenas nas diretrizes regulatórias vigentes, mas também na avaliação criteriosa do desempenho histórico das contas a receber e na análise minuciosa das informações contidas na aging list. Este processo de análise e avaliação é essencial para identificar e quantificar os riscos associados à inadimplência ou à liquidação parcial desses créditos. Ao considerar a composição dos Contas a Receber de Clientes, a Administração reconhece a diversidade e complexidade dos devedores e das circunstâncias que podem impactar o recebimento desses valores. Portanto, a constituição das PCLD é uma medida proativa e prudente para garantir a sustentabilidade financeira da Fundação diante de potenciais perdas associadas a esses créditos.
d)Provisão para demandas judiciais
Conforme preconizado pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhado com o IAS 37 emitido pelo (IASB), a Fundação adota uma abordagem rigorosa e transparente na contabilização de suas provisões. Uma provisão é reconhecida quando a Fundação incorre em uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados, e é provável que um desembolso de recursos econômicos seja necessário para liquidar essa obrigação. Nesse sentido, a Fundação se compromete a contabilizar todas as provisões de forma prudente, levando em consideração as melhores estimativas dos riscos envolvidos, em conformidade com as diretrizes contábeis aplicáveis. Essas estimativas são baseadas em uma avaliação criteriosa dos eventos e circunstâncias relevantes, utilizando informações disponíveis no momento da elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação reconhece a importância de realizar uma análise minuciosa dos riscos associados a cada provisão, a fim de garantir a adequada contabilização das obrigações presentes e a mitigação de possíveis impactos adversos nas suas demonstrações financeiras. Portanto, ao contabilizar as provisões, a Fundação segue rigorosamente os princípios contábeis internacionais, garantindo a transparência, a confiabilidade e a conformidade das suas demonstrações financeiras com os padrões exigidos pelos órgãos reguladores e pelas melhores práticas contábeis.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R$(mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	295	652
Bancos - Recursos Próprios - Hospital da Baleia	2.980	1.489
Bancos - Recursos Rede de Amigos	219	2
Bancos - Recursos Convênios Órgãos Públicos	4.325	1.308
	7.819	**3.451**

Caixa: Na gestão financeira da Fundação, são considerados tanto os valores em espécie quanto os créditos disponíveis na tesouraria para pagamentos de despesas de pequeno valor. Além disso, nessa conta são registrados os cartões de crédito e cheques pré-datados recebidos pela Fundação, os quais serão creditados em meses subsequentes. Esse procedimento evidencia um saldo significativo de recursos, demonstrando a solidez financeira da instituição.
Bancos: Esses valores correspondem a recebimentos em contas correntes, incluindo depósitos bancários e verbas públicas, provenientes de clientes, órgãos governamentais e doadores. Esses recursos são essenciais para o funcionamento contínuo das operações da instituição.

4.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

R$(mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos Próprios	2.417	2.065
Recursos Convênios	26.953	3.887
	29.370	**5.952**

A política de mensuração das aplicações financeiras da instituição é fundamentada no conceito de valor justo. Dessa forma, as aplicações são avaliadas regularmente com base em preços de mercado, refletindo as condições econômicas atuais, já quanto aos juros, correção monetária e outras variações aplicáveis, o reconhecimento contábil é efetuado de acordo com a natureza dos recursos. Para os recursos próprios, tais rendimentos são reconhecidos no resultado assim que incorridos, refletindo o impacto financeiro imediato na demonstração de resultados. Por outro lado, no caso de recursos provenientes de convênios, os rendimentos são tratados de forma distinta. Conforme as diretrizes estabelecidas pelo CPC 07 (R1), os rendimentos são contabilizados no passivo, agregando-se ao valor da verba pública recebida. Essa abordagem visa assegurar a adequada segregação e divulgação dos recursos provenientes de convênios, em conformidade com os princípios contábeis e regulamentações aplicáveis.

5. CONTAS A RECEBER

R$(mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Contas Correntes - Pacientes SUS	8.692	12.824
Contas Correntes - Pacientes Convênios	3.908	3.636
PCLD - Convênios	(799)	(398)
Contas Correntes - Pacientes Particulares	1.166	585
PCLD - Particulares	(586)	(6)
	12.381	**16.641**

SUS: refere-se ao faturamento dos serviços médicos hospitalares prestados ao Sistema Único de Saúde, acrescidos de honorários médicos que, quando for o caso, serão repassados para as clínicas médicas. Essa referência abrange o faturamento proveniente dos serviços médico-hospitalares prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), acrescidos dos honorários médicos correspondentes. Destaca-se que, quando cabível, estes honorários são repassados para as clínicas médicas responsáveis pela prestação dos serviços. Essa prática reflete não apenas a complexidade da operação, mas também a necessidade de uma gestão financeira criteriosa e transparente. Por meio desse processo, a instituição busca garantir uma remuneração justa tanto para os serviços hospitalares quanto para os profissionais médicos envolvidos, ao mesmo tempo em que cumpre com seus compromissos e obrigações contratuais. Dessa forma, a política de faturamento adotada pela instituição não apenas assegura a sustentabilidade financeira, mas também promove uma parceria eficaz com as clínicas médicas, fortalecendo o compromisso com a qualidade e a eficiência na prestação de serviços de saúde.
Convênios: refere-se ao faturamento dos serviços médicos hospitalares prestados para as Operadoras de Plano de Saúde privados, acrescido de honorários médicos que, quando for o caso, serão repassados para as clínicas médicas. Particulares: refere-se ao faturamento dos serviços médicos hospitalares prestados aos pacientes particulares, em geral acrescidos de honorários médicos a serem repassados para as clínicas médicas.
PCLD: Conforme determina o ITG/2002 aprovado pela resolução CFC 1.409/2012, os valores de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, foram constituídas pela Administração mediante valores passíveis de não serem recebidos dos clientes de Convênios/operadoras e Particulares. Em estrita observância às diretrizes estabelecidas pelo ITG/2002(R1), Resolução CFC 1.409/2012, a Administração procedeu à constituição das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa. Essa medida visa contemplar os valores potencialmente inadimplentes provenientes de clientes de Convênios/operadoras e Particulares. Essa prática contábil não apenas atende aos requisitos normativos, mas também reflete o compromisso da instituição em adotar uma abordagem prudente na gestão de seus recursos financeiros. Ao antecipar e provisionar os valores suscetíveis de não serem integralmente recebidos, a Administração busca mitigar os riscos associados à inadimplência e assegurar a saúde financeira da organização. Portanto, a constituição das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa não apenas atesta a conformidade com as normas contábeis vigentes, mas também demonstra a responsabilidade e a diligência da Administração em garantir a estabilidade e a solidez das operações financeiras da instituição.

6. ESTOQUES

R$(mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Medicamentos e Materiais Hospitalares	1.974	2.021
Materiais Almoxarifado	693	2.619
Doações	7	229
Estoque Materiais SHL	7	9
Estoque Materiais SND	112	31
Estoque Materiais de Manutenção	2.640	2.648
Estoque CME	4	24
Estoque SADT	12	6
Estoque Lab. Análises Clínicas	56	-
Estoque SESMT	-	1
Estoque Fundo Fixo	(1)	-
	5.504	**7.587**

A Fundação opera com um sistema de ERP (Enterprise Resource Planning) que proporciona um controle abrangente de seu estoque, alinhado com os princípios contábeis estabelecidos pelo CPC 16(R1) – Estoques, que por sua vez são baseados nas diretrizes do IAS 2 emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Por meio dessas plataformas tecnológica que entendemos ser bem avançada, a Fundação é capaz de monitorar e gerenciar seu inventário de forma eficaz e em conformidade com as melhores práticas contábeis internacionais. Com base nas análises detalhadas realizadas pela gestão de suprimentos, a Fundação concluiu que não há necessidade de constituir provisões para perdas nos estoques. Isso se deve ao fato de que todo o material armazenado está em condições adequadas de uso e dentro de suas datas de validade, quando aplicável. Essa constatação reflete o comprometimento da Fundação com a excelência na gestão de seus recursos e a garantia da qualidade e segurança de seus produtos. É relevante destacar que o estoque de matérias-primas e medicamentos tem em sua grande maioria aquisições de itens destinados à construção de uma usina fotovoltaica. Esses materiais desempenham um papel crucial no desenvolvimento desse importante projeto de sustentabilidade, evidenciando o comprometimento da Fundação com a inovação e o avanço tecnológico em prol do bem-estar da comunidade e do meio ambiente.

7. OUTROS CRÉDITOS

R$(mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a Fornecedores	1.033	675
Adiantamento de Salários	11	2
Adiantamento de Ferias	272	318
Imóveis a Comercializar	851	312
Outros Créditos De Terceiros	2.858	2.609
Despesas Antecipadas	324	254
	5.349	**4.170**

Em 2023 a Fundação enfrentou dificuldades financeiras persistentes, refletidas por protestos de títulos em cartório ao longo dos anos. Diante desse cenário, alguns fornecedores impõem a condição de pagamento antecipado como requisito para realizar vendas, o que nos obriga a adquirir produtos nessas condições para atender à demanda hospitalar. Como resultado, a conta de adiantamento a fornecedores mantém-se em um valor substancial, mas é importante ressaltar que, os adiantamentos aos fornecedores, não são pagos com recursos de verbas "carimbadas", ou seja, são pagos com recursos da produção.
Quanto a composição constante na fubrica "Outros Créditos de Terceiros" destacamos alguns valores tais como:
-O valor de R$ 416 mil, refere-se à doação de parceria firmada entre a Fundação e o Supermercado EPA.
-O valor de R$ 534 mil, refere-se à doação de parceria firmada entre a Fundação e a Drogaria Araújo.
-O valor de R$ 636 mil, refere-se à captação via telemarketing, mediante operação realizada com empresas terceirizadas.
-O valor de R$ 618 mil, refere-se a empréstimo de materiais médicos e medicamentos a outros hospitais. Importante frisar que isso é uma prática comum entre as Instituições Hospitalares, para atender às demandas emergenciais e que são devidamente controladas via relatórios gerenciais pelo setor de farmácia da Fundação.
-O valor de R$ 350 mil, refere-se à ação movida pela Fundação contra a Prefeitura de Sabará – Processo 0094806-84-2013.8.13.0567.
-O Valor de R$ 302 mil, refere-se a parceria entre a Fundação e algumas Faculdades/Universidades/Escolas técnicas, para o estágio curricular obrigatório dos estudantes do curso de enfermagem e medicina no internato, sendo estes nas especialidades cirurgia geral, pediatria, ginecologia, clínica médica, dentre outros.
Despesas Antecipadas:
Estes valores representam adiantamentos realizados pela Instituição a terceiros, dos quais ela mantém o direito de receber ou usufruir em períodos futuros, condicionados ao não cumprimento de obrigações contratuais pela parte contratada. Essa prática visa garantir a proteção dos interesses da Instituição e mitigar os riscos associados à inadimplência ou ao descumprimento de obrigações contratuais por parte dos terceiros envolvidos.

8.DEPÓSITOS JUDICIAIS
Essas referências são relacionadas a processos judiciais nos quais a Fundação figura como parte litigante e, em busca de salvaguardar seus interesses diante de possíveis desfechos desfavoráveis, a Administração, em conjunto com a Assessoria Jurídica, optou por realizar depósitos judiciais dos valores em disputa. Esses depósitos, devidamente discriminados de acordo com a natureza das controvérsias em questão, são apresentados de forma transparente e estruturada, refletindo o compromisso da Fundação com a conformidade legal e a gestão prudente de seus recursos financeiros:

R$(mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais Recursais	533	78
Cíveis e Trabalhista	357	356
	890	**434**

8.1 CONTA CORRENTE PACIENTES-SUS/CONVÊNIOS
Essa menção aborda os montantes devidos à Fundação Benjamin Guimarães por parte de clientes cujos pagamentos ultrapassam o exercício financeiro atual. Esses valores representam compromissos pendentes que ainda não foram integralmente liquidados e que exigem uma gestão eficaz de crédito e cobrança por parte da instituição para garantir sua recuperação e otimização do fluxo de caixa a longo prazo.

R$(mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Sms/Ses-Incentivo Centrare	1.246	1.350
Sms/Ses-Incentivo Into	-	419
Policia Militar Estado De Minas Gerais	110	111
Ipsemg - Inst.Prev.Serv.Do Estado De MG	-	24
	1.356	**1.904**

9. IMOBILIZADO
a) Movimentação ocorrida no ano de 2023 e demonstrada da seguinte maneira:

R$(mil)

Descrição	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Terrenos	520.629	-	-	520.629	-	-	520.629
Edificações	27.773	-	-	27.773	-	-	27.773
Instalações	9.152	-	-	9.152	-	-	9.152
Benfeitorias	287	11.375	-	11.662	2.504	(1)	14.165
Bens móveis	24.987	2.714	(1.352)	26.350	2.516	(418)	28.448
Imobilizado em Andamento	1.148	15	-	1.163	146	-	1.310
Imóveis de uso - Convênios Públicos	7.266	-	-	7.266	-	-	7.266
Bens moveis - Convênios Públicos	18.124	2.647	(916)	19.855	1.840	(46)	21.648
Total	**609.365**	**16.751**	**(2.267)**	**623.849**	**7.006**	**(464)**	**630.390**
Depreciação Acumulada							
Edificações	(6.380)	(741)	-	(7.120)	(741)	-	(7.861)
Instalações	(7.728)	(221)	-	(7.949)	(206)	1	(8.155)
Benfeitorias	(130)	(4)	-	(134)	(406)	-	(540)
Bens móveis	(14.397)	(1.534)	296	(15.635)	(1.901)	183	(17.354)
Depreciação e Amortização - Convênios	(17.627)	(2.730)	249	(20.108)	(2.308)	43	(22.373)
Total	**(46.262)**	**(5.230)**	**544**	**(50.947)**	**(5.562)**	**227**	**(56.283)**
Convênios em execução	4.609	-	(3.600)	1.009	21	(237)	794
Total	**4.609**	**-**	**(3.600)**	**1.009**	**21**	**(237)**	**794**
Total do Imobilizado líquido	**567.712**	**11.522**	**(5.323)**	**573.911**	**1.464**	**(474)**	**574.901**

(b) Em 2013, foi efetuada reavaliação parcial dos bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações e instalações) por empresa especializada – APC – Organização Patrimonial Ltda, passando os bens levantados a serem demonstrados pelo custo avaliado. Estes bens por sua vez são depreciados de acordo com as taxas permitidas pela legislação fiscal. Em 2022 após busca por várias empresas no mercado com expertise nesta área, a Fundação contratou a mesma empresa do ano de 2013, esta por sua vez, iniciou um novo trabalho sobre os levantamentos e avaliações de todo o ativo imobilizado da Fundação. Este trabalho foi finalizado em dezembro/2022, subsidiando assim a administração da Fundação juntamente como a empresa de auditoria externa a manter os valores dos terrenos, edificações e instalações, já para os demais móveis, serão feitos ajustes ao longo do ano de 2023 e 2024.

10. CONTAS A PAGAR

R$(mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	4.501	4.374
Serviços Profissionais Terceirizados	9.167	8.996
Serviços Médicos	4.383	3.634
Honorários médicos	1.701	946
Outros compromissos	1.220	968
Água e Energia	152	157
	21.123	**19.075**

Este grupo compreende todos os fornecedores e prestadores de serviços com os quais a Fundação mantém contratos ou vínculos comerciais. O saldo resulta de transações realizadas pela Fundação para a consecução de suas atividades operacionais. Isso tem levado a Administração da Fund